

O contraste entre a oralidade e a escrita nos terreiros de candomblé: os cadernos de fundamentos como parte da memória de uma religião

Fernando Corteze Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-1905-5461>
fernandocorteze@id.uff.br

Carlos Henrique Juvêncio Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-2376-4823>
carloshjuvencio@id.uff.br

Resumo No candomblé, religião com grande influência da herança do continente africano, a tradição oral esteve presente desde os primórdios da sua criação e é latente até a atualidade. Contrastando com a oralidade, encontra-se nos espaços religiosos e utilizados por seus adeptos os cadernos de fundamentos, objetos de estudo deste artigo, onde são analisadas seus usos e particularidades. Ao abordar as etnografias, Araújo e Lima (2018), Castillo (2010) foram cruciais para definir e conceituar a respeito dos registros da religião afro-brasileira. O ponto de início foi pesquisar a memória dos grupos religiosos, como as tradições orais e escritas e, posteriormente, analisar o contexto histórico do culto brasileiro, em particular no Rio de Janeiro. O cerne da pesquisa estava em abordar o uso e a produção destes documentos no contexto da Ciência da Informação. A metodologia qualitativa foi utilizada pelo uso de fontes bibliográficas. Conclui-se que a utilização de registros escritos, aliados à oralidade, fazem parte da história da religião, na qual o fator oralidade sempre será o mais importante.

Palavras-chave Memória. Memória oral. Candomblé. Cadernos de fundamentos. Registros escritos.

The contrast between orality and writing in the terreiros of candomblé: the fundamentals' notebooks as part of the memory of an religion

Abstract In the Candomblé, a religion with great influence from the heritage of the African continent, the oral tradition has been present since the beginning of its creation and is latent to the present day. Contrasting with orality, the *fundamentals' notebooks* are found in religious spaces and used by their adherents, objects of study of the research, where their uses and particularities are analyzed. When approaching the ethnographies, Araújo and Lima (2018), Castillo (2010) were crucial to define and conceptualize the records of Afro-Brazilian religion. The starting point was to research the memory and oral and written traditions and, later, to analyze the Brazilian religious historical context, particularly in Rio de Janeiro. The core of the research was to approach the use and production of these documents in the context of Information Science. The qualitative methodology was used through the use of bibliographic sources. It is concluded that the use of written records, combined with orality, are part of the history of religion, where the orality factor will always be the most important.

Keywords Memory. Oral memory. Candomblé. Fundamentals notebooks. Written records.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 16/09/2022
Aprovado em 08/02/2023
Publicado em 21/09/2023

1 INTRODUÇÃO

Com a escravização da população africana e a vinda forçada desses povos para colônias europeias, sobretudo o Brasil, houve uma mistura cultural não programada ou eletiva por parte dos escravizados. A junção de diversos povos de diferentes regiões da África deu a formação de novos ritos e maneiras de cultuar as divindades do panteão africano, para suprir as necessidades religiosas.

A memória é um fator social e cultural que pode ser reforçada de inúmeras formas. Sociedades preservam memória para manter as tradições latentes e vivas no âmbito social. Um fator habitual para mantê-la presente é utilizar objetos como símbolos, tais como estátuas, monumentos, obras literárias e outros. Todavia, a memória também é um fenômeno encontrado fora do âmbito físico, por meio da oralidade. A memória oral é vista como uma possível transmissora do senso comum, em contrapartida da escrita, que possibilita a institucionalização desse fenômeno - museus, bibliotecas, arquivos, onde cientistas de todas as áreas do conhecimento podem desfrutar e deleitar.

Os cadernos de fundamentos facilitam a reprodução de algumas funções, no sentido de atividades que registram cantigas, formas de fazer e montar comidas típicas das divindades, maneiras de como realizar os cultos. Esses registros são pessoais, cada membro possui o seu, de maneira que, habitualmente, só ele pode ter acesso. A importância desses documentos se dá pela necessidade de manter uma cultura e religião mais próxima da realidade do terreiro que gerou aquele conhecimento, tendo em vista que, toda cultura é mutável, incluindo a religiosa.

O objetivo deste trabalho é apresentar a importância dos registros escritos para o candomblé, uma vez que é uma religião que permanece com moldes da sociedade africana, havendo a hierarquia do conhecimento sendo monopolizada pelos iniciados mais velhos e a oralidade latente, tendo apenas os cadernos de fundamentos como registros escritos que possibilitam utilização e estudo posteriormente.

O trabalho tem como marco teórico a definição de memória, memória oral e escrita, também uma análise e contextualização a respeito da cosmologia do Candomblé no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, além do estudo dos registros escritos da religião e a relevância da oralidade para a memória religiosa do candomblé.

2 MEMÓRIA: ENTRE A ORALIDADE E A ESCRITA

As sociedades buscam formas de preservar e transmitir o conhecimento adquirido no decorrer do tempo, uma maneira viável e eficaz antes da invenção e introdução da escrita, foi a oralidade. Bem como Lodolini (*apud* JARDIM, 1995) expressa que o ser humano precisou registrar a própria memória, inicialmente por meio da forma oral e, posteriormente, com desenhos e grafites, até surgir sistemas codificados.

A memória oral é aquela que, geralmente, é transmitida sem um meio físico, e quando registrada e transmitida, habitualmente é pela escrita. A oralidade foi e continua sendo um fator importante para diversas áreas do conhecimento para desvendar lacunas e obter informações a respeito do passado. A tradição oral é vista também como um meio de transmissão de conhecimento, principalmente em sociedades que não utilizam a escrita como meio de comunicação e preservação do saber, a oralidade permitiu constituir grande parte do que hoje é vista como memória coletiva (POMIAN, 2000). Vansina (1982) define de forma simples as sociedades orais:

Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições-chave, isto é, a tradição oral. A tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. (VANSINA, 1982, p. 139-140).

A oralidade pode ser examinada com um olhar diferente, levando em consideração que serve como resistência e permanência de sociedades que utilizam essa tradição como manifestação do saber e do conhecimento. Pomian (2000) refere-se à oralidade como arte da memória, que está ligada à linguagem. Em adição, a oralidade ensina e conserva, tornando-se aliada da transmissão da memória coletiva.

A validação dos fatos das tradições orais pode ser dada às testemunhas oculares, Vansina (1982, p. 141) descreve “a origem das tradições pode, portanto, repousar num testemunho ocular [...] Mas somente as tradições baseadas em narrativas de testemunhos oculares são realmente válidas [...]”, isto é, é fundamental buscar a origem das narrativas para atestar a veracidade das mesmas. As civilizações orais são complexas devido à dificuldade de defini-las, como Vansina (1982) demonstra as tradições orais como uma cultura que “não é fácil encontrar uma definição para tradição oral que dê conta de todos os seus aspectos”, diferentemente da escrita, que possuem um manuscrito, facilitando a sua explicação. Todavia, não se deve desclassificar a

oralidade e a tradição oral, e é necessário confiar nos relatos, fatos falados, e nos conhecimentos orais.

A memória possui uma forte aliada: a escrita. Sua produção é fundamental para a preservação cultural e social. As fontes de informação por meio de documentos e escrituras auxiliam a organização do conhecimento nas ciências sociais, Konrad e Merlo (2015) evidenciam a importância da escrita para a sociedade contemporânea:

O registro da história e da memória humana se dá, atualmente e em grande parte, por meio dos documentos gerados pelas atividades desenvolvidas por determinada organização, pessoa ou família. Esses registros, postos de maneira orgânica, passam a ser rica fonte de informação. (KONRAD, MERLO, 2015, p. 27).

Com isso, a escrita proporcionou a sociedade inúmeras formas de cultuar e celebrar “objetos”, no sentido de monumentos, onde Le Goff (1990, p. 373) exemplifica a construção de monumentos que eram registrados por meio da escrita, “[...] no Oriente antigo, por exemplo, as inscrições comemorativas deram lugar à multiplicação de monumentos como as estetas e os obeliscos”. A necessidade de guardar e acumular objetos como forma de lembrar é recorrente do esquecimento humano, tais itens como documentos, imagens, bens materiais e entre outros, tornam-se comuns. Nora (1984) alude que a “memória de papel”¹ são todos os fatos e acontecimentos que passaram a ser registrados, dando origem a uma instituição autônoma de museus, arquivos e bibliotecas, além de historiadores poderem debruçar em toda a produção documental facilitando o processo de pesquisa, Konrad e Merlo (2015) quanto à produção documental:

As construções historiográficas muitas vezes necessitam de informação primária, ou seja, precisam ser retiradas em suas fontes originais: os documentos de arquivo. Mas, o que seria de uma sociedade, hoje, sem seus documentos? Os documentos são a essência de uma organização, a memória de uma sociedade. (KONRAD; MERLO, 2015, p. 27).

Paralelamente, Le Goff (1990, p. 375) correlaciona “[...] a passagem da oralidade à escrita, a memória coletiva e mais particularmente a “memória artificial” é profundamente transformada”. A ação de registrar, seja qual for o suporte, é um aliado das sociedades com escrita. A produção documental e a perpetuação da memória estão atreladas, e Pollak (1992, p. 207) salienta que é “[...] evidente que a construção que fazemos do passado, inclusive a construção mais positivista, é sempre tributária da intermediação do documento”, isto é, os documentos possibilitam voltar ao passado por meio dos seus registros. A conservação da memória em forma de documentos vai além da simples necessidade de manter a salvaguarda

¹ Umberto Eco trata como memória vegetal, parte do rico universo dos registros escritos, nos quais possuem aliados, as instituições de guarda, que são as bibliotecas, e os inimigos dos acervos: brocas, cupins, traças e até mesmo o homem. Eco ainda salienta a importância da memória orgânica e a memória pessoal por trás das escrituras.

desses itens, mas sim o sentido da preservação da história como pode ser visto, Konrad e Merlo (2015):

[...] se tratando de memória registrada, é importante considerar sua preservação para possibilitar o acesso, tendo em vista que o armazenamento dos documentos nos arquivos tem, dentre outros, o intuito de preservá-los em razão de seu valor histórico que representa para a sociedade. (KONRAD; MERLO, 2015, p. 35).

A sociedade contemporânea possui uma grande valorização da escrita, dando a entender que a oralidade não é segura ou confiável, “definimos assim pela oralidade aquilo de que uma prática ‘legítima [...] É ‘oral’ aquilo que não trabalha para o progresso” (CERTEAU, 1990 *apud* ARTIÈRES, 1998, p. 12).

3 O CANDOMBLÉ NO BRASIL

No Brasil pode-se compreender o candomblé como um conjunto de diferentes manifestações religiosas da África, sendo consequência do tráfico negreiro e exploração do continente africano, trazendo a população para o continente americano, extraíndo deles a identidade social e cultural. Prandi (2001) analisa a questão de como o período de escravidão influenciou bruscamente a vida dos escravizados e toda sua estrutura.

A diáspora africana foi uma aliada - não no sentido positivo do termo; da formação do candomblé contemporâneo, devido a junção de diversos cultos de matriz africana, segundo Freitas (2003), o candomblé originou-se no Novo Mundo devido a esse contexto histórico escravocrata.

O significado de candomblé pode ser visto em dicionários da Língua Portuguesa como uma “religião introduzida no Brasil por escravos” (FERREIRA, 2005, p. 205), e por esse mesmo dicionário como “designação genérica de diversas seitas derivadas do candomblé”. Diante dessas definições que podem ser consideradas em parte, como verdadeiras, sabe-se que o candomblé originou-se de cultos tribais a divindades africanas, como *voduns*², *inquice*³ e *orixás*⁴. Em seu livro, “Notas Sobre o Culto aos Orixás e Voduns”, Pierre Verger (2012, p. 24) define candomblé sendo uma cerimônia africana, onde representa aos adeptos parte das tradições dos antepassados.

Com relação a expressão “candomblé” pode-se afirmar que, é um termo genérico, em vista da quantidade de nações⁵ e a variedade cultural da religião supracitada. Ainda sobre a

² Ancestrais cultuados no candomblé de nação *Jeje*.

³ Ancestrais cultuados no candomblé de nação *Angola*.

⁴ Ancestrais cultuados no candomblé de nação *Ketu* e *Efon*. Além de serem cultuados em algumas casas de Umbanda.

⁵ Termo utilizado para designar o candomblé do qual a pessoa é iniciada, *Angola*, *Efon*, *Ketu*, *Jeje*, entre outros. Tendo origem no período escravocrata, dos quais os escravizados vieram das diversas nações do continente africano.

terminologia, Conduru (2010) traz uma retrospectiva do período da gênese da religião. A pluralidade geográfica dos escravizados africanos e o culto às divindades:

[...] ele fala de crenças e práticas religiosas trazidas por africanos forçados a migrar ao Brasil em função do tráfico negreiro e da escravidão, as quais “deram origem ao que se convencionou denominar genericamente de religiões africanas no Brasil”. Ele também explicita a diversidade de tradições africanas, ao afirmar que “o termo candomblé é também genérico, pois engloba ‘nações’ diversas, tais como Angola, Kêtu, Congo, Jêje, Ijexá, Grunci, para citar somente as mais conhecidas” (ROCHA, 1994 *apud* CONDURU, 2010, p. 178).

O candomblé é uma religião monoteísta, isto é, um culto com uma única figura divina central, o que na visão dos colonizadores não corresponde, já que há um panteão de divindades menores. A popularização do culto que é conhecido no tempo atual, ocorre após a Abolição da Escravidão, em 1888, com a centralização dos ex-escravizados nos centros das cidades, além da utilização dos serviços divinatórios e mágicos da classe média com as mães de santo. O preconceito a uma religião predominantemente negra é fruto da escravidão desta população e colonização europeia que perdurou por séculos, incluindo a catequização e influência da igreja católica na sociedade de modo geral. Mesmo com a Abolição da Escravidão, esse grupo continuou vivendo em regime de escravidão por não serem bem vistos na sociedade escravocrata.

Na Capital Federal (Rio de Janeiro), era possível encontrar diversos terreiros de candomblé espalhados pela cidade, Conduru (2010) relata à respeito da diversidade religiosa, “sobressai a diversidade de religiões praticadas na então Capital Federal, após a abolição da escravatura [...] também são múltiplas as tradições religiosas africanas cultivadas”, por mais que houvesse terreiros de espalhados pela Capital, ainda tinha a repressão das autoridades, onde os templos eram obrigados a camuflar os cultos e qualquer tipo de atividade pública.

Em contrapartida, nos anos de 1890, o Código Penal (1890), em seu artigo 157, proibia todo e qualquer tipo de festividade, realização de ritos e cerimônias nos terreiros de candomblé. Nesse mesmo período, houve uma grande perseguição aos adeptos e aos terreiros, onde eram saqueados e destruídos pelos policiais, além de seus praticantes detidos em prisões. No ano de 1939, ocorreu a grande mudança que impactou bruscamente a vida da população nos terreiros, “[...] com a promulgação do decreto 1.202, de 8 de abril de 1939, lei federal que deixou de autorizar a perseguição e a repressão das práticas religiosas afro-brasileiras” (CONDURU, 2010, p.182).

Hoje, o Candomblé possui terreiros tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), assim como outras formas de cultura que possuem influência de origem africana. O tombamento de terreiros é um marco para a comunidade religiosa,

principalmente o Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho (*Ilê Axé Iá Nassô Oca*), o terreiro mais antigo em funcionamento do Brasil, que a fundação é datada no ano de 1830. Antes, apenas monumentos de origem luso-brasileira eram considerados parte do patrimônio material brasileiro, é importante o reconhecimento desses espaços para a representatividade e diversidade cultural. Cora Dias (2011) comenta a respeito de outros patrimônios de origem afro-brasileira reconhecidas pelo IPHAN:

[...] o reconhecimento da Casa Branca significou a afirmação de uma visão da sociedade brasileira como multiétnica, constituída e caracterizada pelo pluralismo sociocultural. Além do tombamento dos terreiros, o Iphan já registrou como patrimônios culturais do Brasil outros aspectos da cultura afro-brasileira, como o samba de roda, o jongo, o ofício das baianas do acarajé, as matrizes do samba no Rio de Janeiro, o tambor de crioulo e o ofício dos mestres e da roda de capoeira. No entanto, ainda é preciso reconhecer muito da influência africana na cultura nacional. (DIAS, 2011, p. 86).

O IPHAN (2014) caracteriza os terreiros como locais que “abrigam um universo simbólico rico em tradições como as danças, cantos, poesias (*orikis*), mitos, rituais e organizações espaciais que mantêm vivas as memórias ancestrais dos africanos”, sendo assim, foi criado o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 2013-2015, com finalidade de garantir direitos às comunidades negras, com isso, os terreiros de candomblé do Brasil passam a ser mapeados e inventariados. Esse projeto de suma importância proporcionou a outros terreiros o tombamento dos espaços sagrados religiosos. São eles: em Salvador (BA) *Axé Opô Afonjá*, *Ilê Iyá Omim Axé Iyamassé (Gantois)*, *Ilê Maroiá Láji (Alaketo)*, Bate-Folha, *Ilê Axé Oxumaré*; Itaparica (BA) *Omo Ilê Agboulá*; Cachoeira (BA) *Zogbodo Male Bogun Seja Unde* (Roça do Ventura) e a Casa das Minas Jeje localizada em São Luís (MA).

3.1 O CANDOMBLÉ NO RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro, ainda como Capital Federal da República Federativa do Brasil, o candomblé apresenta-se multifacetado, com casas das mais variadas nações e até de *cultos de egun*⁶ (ancestrais) e *ifá*. O surgimento de terreiros tornou-se comum na metade do século XIX, incluindo nos centros da cidade, onde iniciou a circulação da população de candomblé e a ascensão de novas raízes.

É importante destacar que após a abolição da escravidão em 1888 e, em 1889, com Proclamação da República, os negros continuaram a sofrer repressão por parte do Estado. O

⁶ Cultos de egun: culto aos ancestrais, também outra vertente religiosa do candomblé, majoritariamente composta por homens, denominada ojes.

Brasil, seguindo moldes europeus, tentava a todo custo extinguir e combater a herança negra remanescente do período escravocrata.

Além disso, Planos Sanitaristas foram criados para expulsar e destruir cortiços, obrigando os moradores a ocuparem o Morro da Providência como única saída. A visão das autoridades para a população negra e religiosa era negativa, principalmente pelo fato da incorporação ou transe, além do consumo de bebidas, cigarros, oferendas com animais e comidas.

O Candomblé na década de 1920 e 1930 muda de conjuntura com a morte de grandes matriarcas e patriarcas das casas de *axé*⁷, causando uma dispersão dos filhos de santo. Consequentemente, ocorreu a criação de novas casas em moldes diferenciados das casas matrizes, Conduru (2010, p. 26) pontua que “esse processo de dispersão foi acompanhado pela abertura de novas casas, em moldes bem diferentes dos padrões até então encontrado”.

Nos anos 1940, as casas de candomblé que antes eram encontradas nos bairros próximos ao centro da capital, deixam de lado o cenário urbano e migram para os subúrbios, que, até então, não eram desenvolvidos. Além disso, na década de 1950 a nação *ljexá* chega ao Brasil, mais precisamente na Bahia, e posteriormente no Rio de Janeiro. A vinda dessa nação é devido ao fluxo migratório de baianos ao estado fluminense, que ainda era constante. Na década de 1960, houve uma conexão entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que acontecia uma importante troca entre o candomblé e a umbanda, onde Prandi (1990 *apud* CONDURU, 2010, p. 178-179) elucida o contexto desse fluxo:

Analisando a constituição do “candomblé paulista”, Reginaldo Prandi diz que “por volta de 1960, havia um trânsito importante entre Rio e São Paulo, entre umbanda e candomblé, trânsito que trazia o candomblé para dentro da umbanda e o Rio para dentro de São Paulo”. Análise interessante e importante, nesse contexto, pois confirma a condição do Rio de Janeiro como polo de constituição, recepção e difusão de tradições religiosas afro-brasileiras.

Desde a década de 1970 até os dias atuais, surgiram novas casas de candomblé na região do perímetro urbano da Baixada Fluminense, e Barros (2000 *apud* Conduru 2010, p. 186) estipula “[...] que hoje abriga mais de três mil e oitocentas casas-de-candomblé de diversas origens”. Esse estudo pode contribuir para uma análise mais precisa que, as casas de Candomblé do Rio de Janeiro descentralizaram com mais rapidez, principalmente na década de 1920 e 1930, que as casas de santo da Bahia, que possui um menor número de terreiros que o estado carioca. O que pode levar em consideração a preservação dos moldes culturais do candomblé baiano e o respeito às tradições, e principalmente dar continuidade ao que foi começado numa casa de santo, ao

⁷ Axé ou asé é a força vital (essência) no qual o candomblé está inserido.

contrário do Rio de Janeiro, onde as casas de candomblé foram criadas, descentralizando os *axés* principais.

Em 2009 o candomblé tornou-se patrimônio imaterial do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei nº 5506, de 15 de julho de 2009. Enquanto projeto, o deputado Gilberto Palmares utiliza como justificativa para sua aprovação argumentos históricos e culturais, que caracterizam a importância não só da lei, mas da preservação cultural da religião de matriz africana:

Trata-se de Projeto de Lei que "DECLARA O CANDOMBLÉ COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO". O candomblé é uma religião que teve origem na cidade de Ifé, na África, e foi trazida para o Brasil pelos negros iorubas. Seus deuses são os Orixás, dos quais somente 16 são cultuados no nosso país: Esú, Ògun, Osossi, Osanyin, Obalúaye, Òsùmàré, Nàná Buruku, Sàngó, Oya, Oba, Ewa, Osun, Yemanjá, Logun Ede, Oságuian e Osálufan. A antiga cidade de Ifé, ao sudoeste da atual Nigéria, deslumbrava desde o começo do século como capital religiosa e artística do território que cobria uma parte central da atual República do Daomé. É a fonte mística do poder e da legitimidade, o berço da consagração espiritual, e para onde voltaram os restos mortais e as insígnias de todos os reis iorubas. A civilização de Ifé, ainda hoje, é pouco conhecida e apresenta uma criação artística variada do realismo, enquanto que a maioria da arte africana é abstrata. O material empregado na arte de Ifé espanta e abisma qualquer historiador, incluindo os próprios africanistas. Ao lado das esculturas em pedra e terracota (argila modelada e cozida ao fogo) tradicionais na África, estão as esculturas em bronze e artefatos em pérola. (RIO DE JANEIRO, 2009, [s/p]).

Outro acontecimento de grande relevância para as religiões de matrizes africanas, em especial o candomblé, foi a doação de uma grande quantidade de itens apreendido pela polícia no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1889 e 1945, época em que a prática religiosa era considerada crime⁸. Os objetos foram encontrados em um prédio do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), e foram levados para o Museu da República, com a finalidade de realizar um levantamento catalográfico e pesquisa no qual foram retirados os itens sem nenhum tipo de tratamento ou cuidado de armazenamento. O movimento ficou conhecido como "Liberte Nosso Sagrado"⁹, no qual diversos líderes religiosos se mobilizaram para a restituição dos objetos sacros.

4 A TRADIÇÃO ORAL NOS TERREIROS DE CANDOMBLÉ

Para a cultura africana, a tradição oral transcende qualquer tipo de materialização do conhecimento, inicialmente, onde a palavra falada tem o poder de gerar e, segundo Hampaté Bâ (1982), as primeiras bibliotecas e arquivos foram as mentes humanas, que geravam e arquivavam

⁸ Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2020/11/pecas-sagradas-de-religoes-afro-brasileiras-deixam-guarda-da-policia-apos-75-anos>.

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/libertenossosagrado/>.

todo o conhecimento. Ainda segundo o autor, a maneira como a oralidade domina o fluxo cultural é presente até hoje com cânticos, histórias, a forma de conduzir e moldar a alma do homem africano. Com isso, a oralidade mostra-se de grande valia para a sociedade africana e afro-brasileira:

A tradição oral é a grande escala da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos. Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostuada a separar tudo em categorias bem definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. (BÂ, 1982, p. 169).

Como foi visto, a palavra é fonte de conhecimento pelo poder que possui em disseminar e manter o conhecimento latente. Para as comunidades religiosas, a fonte oral pode ser aliada do fazer, além disso, segundo Lima (2020):

A fonte oral não se restringe apenas à tradição oral das religiões africanas e afro-brasileiras. Tem relação com a importância, com o poder da palavra para os adeptos dessa religião. A palavra é portadora de *axé* (força vital), condutora de conhecimento, por meio da perpetuação dos ritos sagrados. (LIMA, 2020, p. 28).

A gênese dos terreiros de candomblé está atrelada à disseminação e dispersão cultural dos ex-escravizados, mantendo ainda parte dos costumes trazidos do continente africano, incluindo a forte proteção, crença aos ciclos, podendo estreitar o acesso para quem está fora dele, o que inclui a dificuldade da inserção da escrita e a forte presença da oralidade que é presente até hoje como é descrito por Mazrui (1985):

Para o bem ou para o mal, a persistência da identidade étnica deve ser considerada uma forma de arquivo de materiais da memória coletiva. A etnia é uma forma de arquivo onde se acumulam os anais da "tribo", os traços da coletividade, a memória de identidade do grupo. (MAZRUI, 1985, p. 14).

A organização religiosa que pode ser observada hoje, é fruto de um processo estrutural de trazer para dentro dos espaços religiosos um fragmento da África e seus traços culturais perdidos na diáspora. A oralidade é vista como uma grande aliada, principalmente no que tange a hierarquização do saber e a *senioridade do culto*¹⁰, desse modo, as heranças das sociedades africanas dentro do candomblé podem ser analisadas como o conhecimento mais perfeito dos mitos e dos ritos, que cresce com o passar dos anos e desenvolve-se com a tradição oral (BASTIDE, 1961, p. 68).

A oralidade é fundamental para os grupos religiosos devido aos cânticos, rezas, histórias e tudo o que está interligado ao mundo do candomblé. A questão da oralidade na religião com os

¹⁰ Termo utilizado por Vagner Gonçalves da Silva (1995) para designar o grau de conhecimento e idade de iniciação.

mais antigos é ligada estreitamente a vivências, onde registros não podem substituir experiências, essas experiências tidas como bagagem ricas em conhecimentos que aquele indivíduo possui dentro daquele meio. Pierre Verger (1995, p. 20) relaciona a transmissão do *axé* e do conhecimento à oralidade, como se a palavra verbalizada houvesse poder. O modo de repassar o aprendizado está relacionado também com a forma em que o candomblé é disposto hierarquicamente, e esse saber é passado dos mais velhos para os mais novos de forma gradativa, levando em conta os anos de iniciação e o grau de confiabilidade do que é depositado. A verbalidade desperta um outro lado que é comumente discutido que é o segredo, a oralidade permite controlar o acesso e mediar os fundamentos religiosos, que é o pilar do culto. Silva (2011) discute a legitimidade do segredo junto da oralidade e as práticas religiosas, em contrapartida, a introdução da escrita nos terreiros trazendo alguns malefícios para as tradições e os processos ritualísticos:

As religiões afro-brasileiras são constituídas por grupos esotéricos que se pautam pelo conhecimento oral. Suas regras de acesso ou ingresso envolvem a realização de rituais privados, no interior dos terreiros. Por isso o segredo desempenha um papel fundamental no candomblé. Porém, se a oralidade no mundo dos terreiros tem sido a forma por excelência de transmissão de conhecimento, manutenção do *axé* (energia vital) e do segredo ritual, fora deste contexto ela vem se tornando cada vez menos legítima. (SILVA, 2011, p. 1).

O candomblé possui o saber sagrado pautado no segredo, como é descrito por Castillo (2010, p. 32), e os fundamentos são enigmas, sendo restritos para pessoas de fora da religião e até mesmo para alguns membros de dentro dela. O segredo ainda é dividido em três vertentes que são pautados pela autora e estão conectados à oralidade: o primeiro é ligado inteiramente ao saber secreto e a hierarquia, em que poucas pessoas possuem acesso ao conhecimento, o segundo é pelo segredo ter um alto teor de simbolismo, torna-se um bem para esse seletivo grupo. Já o terceiro, é relacionado ao fator exterior, sendo o contexto histórico de perseguição e preconceito fez com que o segredo resguardasse não só o culto, mas como também seus membros e os espaços sagrados (CASTILLO, 2010, p. 32).

Nos terreiros de candomblé a tradição oral é predominante e a mais aceitável, todavia, não excluindo que a escrita no ambiente interno pode ser utilizada para fins pessoais e para usos da comunidade. Os cadernos de fundamentos são os instrumentos utilizados para reprodução das atividades do dia a dia dos membros dos terreiros, que, segundo Castillo (2010, p. 87) servem para auxiliar a memória. Além dos cadernos de fundamentos, outros registros e documentos escritos utilizados nos terreiros são as listas de feitura utilizadas para as iniciações, onde os pais e mães de santo listam o que deve ser comprado para o membro mais novo. A memória religiosa está

tomando outros rumos com a chegada gradativa da escrita, devido ao arquivamento involuntário destes documentos e registros escritos.

5 OS REGISTROS DA RELIGIÃO AFRO-BRASILEIRA: ETNOGRAFIAS E OS CADERNOS DE FUNDAMENTOS

As pesquisas etnográficas estão presentes nas sociedades e nas religiões desde o final do século XIX e no início do século XX, nos quais escritores, cronistas, sociólogos, antropólogos, médicos e diversos outros profissionais descreviam a respeito de comunidades e grupos. No candomblé, as pesquisas etnográficas compreendem as análises dos cânticos, das danças, da culinária, da formação interna e externa dos barracões, e também pode estar associada a outros fatores como descrita por Souza Neto e Amaral (2011):

Assim, qualquer costume, objeto material ou ideia que existem numa sociedade possui funções específicas com significado social, pois fazem parte de uma estrutura, de um mesmo sistema. A mesma coisa é estabelecida no campo religioso. Por exemplo, as roupas, os amuletos, os cânticos dos rituais do Candomblé, da Umbanda ou qualquer outra religião devem conter esse princípio da observação citado acima. Nesse momento serão observados os imponderáveis da vida real, ou seja, as maneiras sutis que os nativos utilizam em seu cotidiano. (SOUZA NETO; AMARAL, 2011, p. 501).

Os registros etnográficos¹¹ da religião afro diaspórica tem como primeiro livro publicado no final do século XIX, pelo médico e escritor Raimundo Nina Rodrigues, em “O animismo fetichista dos negros baianos” (1900), no qual o autor entra em terreiros para analisar como é o funcionamento e o transe, visto de forma rudimentar e atrasada. Mesmo sendo publicados por Nina Rodrigues com visão racista e preconceituosa, esses registros foram precursores para outros escritores iniciarem uma série de publicações a respeito desse universo ainda não explorado.

João do Rio, pseudônimo de Paulo Barreto, foi outro membro que publicou títulos a respeito da religião dos orixás, mas no estado do Rio de Janeiro, ainda sendo a Capital Federal. Em “As Religiões do Rio” (1905), o cronista e escritor, que inicialmente escreve de maneira exploradora e curiosa, além de ter “Antônio, seu informante sobre os candomblés, com o qual teria conseguido intimidade graças ao papel moeda e o vinho do Porto” (SERAFIM; SANTOS, 2014, p.51) faz um grande sucesso que reúne suas reportagens em forma de livro, e principalmente pelo caráter investigativo.

¹¹ Pode-se analisar os registros etnográficos como instrumentos fruto das pesquisas do etnógrafo, utilizado pela Antropologia.

Dando continuidade às narrativas baianas, Bastide (1961) descreve a respeito de Manuel Querino, sendo um homem negro, que ao falar do candomblé, possui uma visão completamente discrepante do escritor eugenista Nina Rodrigues, Querino discorre sobre as civilizações africanas das quais “[...] queria antes de tudo mostrar a importância da contribuição africana à civilização do Brasil e exaltar o valor desta contribuição” (BASTIDE, 1961, p. 08). Esse olhar é significativo devido às publicações antes feitas por Nina Rodrigues, dando a entender que a religião vinda do continente africano é atrasada e primitiva.

Outro nome de relevância é Arthur Ramos (1932) que, também segue a pesquisa etnográfica como Nina Rodrigues, mas como é visto por Silva (1993, p. 38) diferencia em alguns pontos de seu predecessor, como críticas as teorias evolucionistas do médico aos grupos negros e a ampliação da pesquisa etnográfica que se estende não apenas a Bahia, mas também a outros estados do Brasil. O contraste da escrita e da oralidade nos terreiros de candomblé é presente, pode ser encontrado desde os primórdios da religião, mas não tão quanto hoje em dia, devido a alfabetização e a instrução dos adeptos. É possível pontuar como é feito por Andrade (2017, p. 37), que utiliza as transcrições para registrar e guardar os conhecimentos que são concebidos e observados. Andrade (2017, p. 37) ainda relaciona a ancestralidade e a arcaicidade da religião na forma de manter o discurso e suas relações. O candomblé, diferentemente do cristianismo e outras religiões, não possui um livro ou um registro base, dificultando a homogeneização do seu culto, principalmente por ter vindo de diferentes partes do continente africano e tendo que se adaptar às necessidades do Brasil, além do analfabetismo perante a sociedade em que os escravizados foram introduzidos forçadamente, é possível contextualizar a importância que era dado aos segredos e como o cenário do candomblé mudou ao longo dos anos:

Os fundamentos são segredos que, na formação dos primeiros terreiros de candomblé, eram guardados “a sete chaves” pela complexa hierarquia da religião. Por esses primeiros terreiros terem se constituído em torno da oralidade – haja vista que o número de analfabetos era alto – muitos pais ou mães-de-santo morriam com os fundamentos, sendo necessário que, para a não derrocada da religião, os segredos fossem passados àquele “digno” de confiança do chefe religioso. Com o advento do candomblé e pela própria mudança do público que frequenta os terreiros – observa-se a grande quantidade de professores, antropólogos, advogados, médicos, sociólogos etc. que são adeptos ou simpatizantes da religião – muitos fundamentos foram transcritos em livros. (OLIVEIRA, 2019, p. 35).

Um questionamento inicial que pode ser feito após essa breve explicação é: o que é fundamento? Para o Mini Aurélio (2005, p. 421) significa “base, alicerce, 2. conjunto de razões em que se funda uma tese, ponto de vista, etc.; base, apoio. 3. razão, motivo”. O dicionário Michaelis (2015) define fundamento como:

Conjunto de princípios básicos que regem a organização e o funcionamento de uma atividade, uma instituição, um ramo do conhecimento etc., exprimindo sempre uma série de circunstâncias, quer jurídicas, quer de fato, em que se firmam as coisas ou em que se sancionam as ações (MICHAELIS, 2015).

Partindo para o sentido religioso, a enciclopédia Caminhos do Axé (c2021) estabelece o significado da palavra fundamentos nesse contexto:

São os ensinamentos de uma vertente afro-religiosa, seja candomblé, umbanda, quimbanda ou outra. Por exemplo, os conhecimentos sobre culto a orixás e entidades espirituais, sobre ebós e demais trabalhos espirituais, sobre o uso de ervas, feitura de assentamentos, etc. Dessa forma, “fundamentos” podem ser considerados o conjunto dos conhecimentos da tradição espiritual de que o sacerdote faz parte. Inicialmente, fundamento significava o recipiente ou o local onde se colocavam os elementos e objetos do Orixá. (CAMINHOS DO AXÉ, c2021).

É possível ainda, segundo Oliveira (2019) dar sentido à palavra fundamento como segredo. Esses segredos sempre estão ligados ao sagrado, às ritualísticas praticadas nos terreiros de candomblé, onde apenas parte dos iniciados podem estar presentes. Oliveira (2019, p. 119) exemplifica fundamento no candomblé como “características de rezas, oferendas, rituais etc. Os fundamentos são muito “cobiçados” no candomblé, por isso, quem os tem, esconde, passando para alguém de muita confiança”.

Desde a diáspora africana, o candomblé vem passando por diversas mutações. A principal delas é a introdução de novos membros à religião, são eles, integrantes da academia (universidades), que ajudam a modificar e a desmarginalizar uma religião que durante décadas é tida como algo maléfico, malvista e comparada com a bruxaria e satanismo - na epistemologia cristã. O dia a dia dos terreiros de candomblé podem ser documentados em cadernos, rascunhos ou “arquivados” na memória, dependendo do rigor do barracão e do nível de segredo, paralelamente, é visto uma harmonia salientada por Araújo e Lima (2018):

[...] o candomblé aparece-nos como um território de equilíbrios de contrários na medida em que, por um lado, privilegia e faz a defesa categórica do uso da linguagem oral, mas não dispensa a linguagem escrita. (ARAÚJO; LIMA, 2018, p. 189).

Há indícios que os primeiros cadernos de fundamentos pertencentes à fundadora do Sítio de Pai Adão (em Pernambuco), a mãe de santo Inês Joaquina da Costa, o registro que foi relatado por Giselle Binon Cossard, é do início do século XX, podendo ser de antes (CASTILLO, 2010, p. 88). Na década de 1940, na Casa de Minas do Maranhão havia um manuscrito que era mantido em segredo no interior do santuário, que apenas os mais velhos sabiam decifrá-lo. É possível que o documento estivesse escrito em algum dialeto romano, ou árabe, mas já na década de 1940 o documento já era considerado muito antigo, e era mantido em segredo absoluto (PEREIRA, 1979 *apud* CASTILLO, 2010, p. 88-89).

Os cadernos de fundamentos são documentos das mais variadas formas, no qual um membro irá registrar um acontecimento ou alguma anotação importante, assim como informações administrativas do barracão. Cada membro possui o seu, da mesma maneira que cada integrante dessa comunidade têm função única nas atividades do dia a dia do terreiro. Os cadernos de fundamentos possuem um grande tabu em algumas casas de santo, devido à forte tradição de manter os segredos da religião, nisso, Araújo e Lima (2018, p. 190) discorrem sobre essas questões entre a oralidade e a chegada desses cadernos nos barracões, não sendo encarado com bons olhos:

O nosso trânsito pelo mundo do candomblé constatou fortes evidências de que os tabus que envolvem a escrita – ao menos em sua forma nivelada com a oralidade, nos dias atuais – e o silêncio em torno dos cadernos de fundamento encontram raízes na ruptura com um passado suposto exclusivamente oral. Uma vez que, como veremos mais adiante, tanto a aparição quanto o conteúdo do primeiro caderno de fundamento entrelaçam-se, respectivamente, com o segredo, com o caminho ou destino de cada iniciado. (ARAÚJO; LIMA, 2018, p. 190).

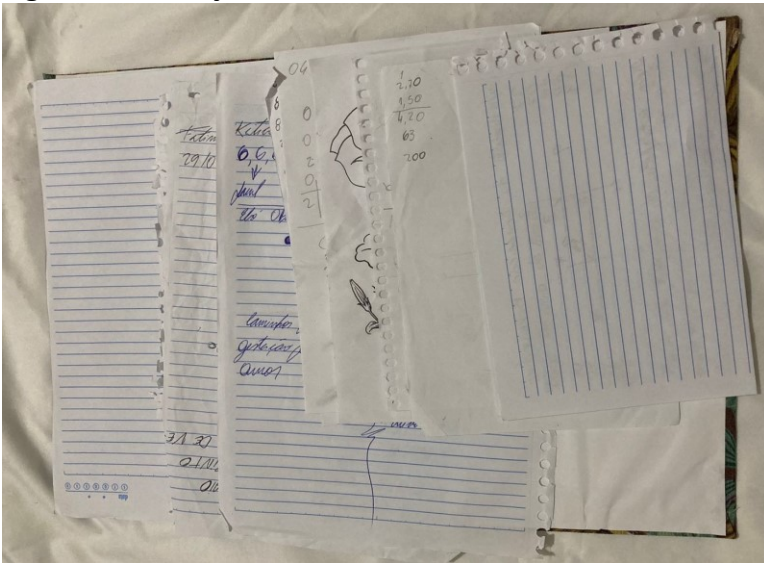
Outra definição para estes documentos segundo Andrade (2017, p. 43) é um caderno simples, podendo ser também folhas, ou qualquer outro material que possibilite a escrita. É comum encontrar nesses cadernos cálculos, cantigas, experiências pessoais, relatos, fundamentos adquiridos e coletados dentro do culto e a partir do contato (ANDRADE, 2017, p. 43), como pode ser observado nas figuras 1 e 2 no caderno de um yawô¹² que há diversos rascunhos com medidas, cálculos para costuras e papéis avulsos:

Figura 1 - Caderno de yawô encapado de chita



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

¹² Como são chamados os membros iniciados no candomblé.

Figura 2 - Anotações avulsas

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Não existe ao certo um modelo para os cadernos de fundamentos, mas sim o intuito da sua utilização e a importância para os membros dessa comunidade e para o culto, novamente, Araújo e Lima (2018) definem os cadernos de forma simples, ainda salientando que não é necessário ser iniciado para tê-lo:

Os cadernos confeccionados por seus próprios autores iniciados podem ser de toda sorte de cores, formatos e tamanhos. Um ponto que vale a pena ressaltar é que não existe um tempo estabelecido para que um iniciado tenha um caderno de fundamento. (ARAÚJO; LIMA, 2018, p, 191).

Para perpetuar ritos e cultos numa religião majoritariamente oral, o candomblé sofre — não no sentido literal da palavra — com a influência da oralidade. Essa influência pode ser maléfica devido a mutação que a religião passa ao decorrer dos anos. Os cadernos de fundamentos servem como um alicerce para a reprodução mais próxima do original do que foi aprendido anos atrás com os membros mais velhos dos barracões.

Os diários de *axé*, transitam entre a tradição e a inovação nos espaços sagrados dos barracões e roças de candomblé, ainda permite aos membros dessa religião guardar seus registros para reproduzir de forma mais autêntica possível (FIGURA 3). Como os demais instrumentos que são utilizados para registrar, seja no âmbito formal ou informal, nesse local em específico podem servir para “reconstruir o fio desandado da história e da memória” (SILVA, 1993, p. 286).

Figura 3 - Anotações para uma iniciada da nação Angola

Fonte: acervo pessoal (2021).

É importante destacar que as etnografias produzidas na esfera religiosa são pessoais e plurais, tendo em vista o tempo de iniciação do membro até a necessidade de registrar aquela informação. Por outro lado, a questão do segredo volta a ser pautada, devido até que ponto o iniciado pode estar inserido no ambiente religioso dos fundamentos para registrar e, qual é o nível de permissão dada à ele para isso. O contraste entre a oralidade e os novos meios de comunicação dentro dos espaços sagrados podem estar associados a uma nova forma de memória religiosa, que seus adeptos podem preservá-las e reproduzi-las com maior precisão, não restringindo apenas aos sistemas orais como eram feitos na gênese da religião. Cabe a cada terreiro ou por ordem dos líderes religiosos terem o controle dessa produção documental, considerando que, as religiões possuem sistemas e que após estabelecidos, seguem questões burocráticas que tange às doutrinas religiosas (PORTELLA, 2018, p. 196).

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que diz aos procedimentos metodológicos, eles consistem na pesquisa de referencial teórico, utilizando literaturas relativas à área do Candomblé e Memória, tendo-se como resultado teses, dissertações, artigos científicos, revistas especializadas e livros pertinentes aos temas. O levantamento bibliográfico foi de suma importância para a realização do presente estudo, principalmente para a análise e conceituação do conteúdo. Autores como Lisa Earl Castillo (2010) foram a base para pesquisa no que se diz respeito à tradição oral no candomblé, além do

historiador Jacques Le Goff (1990) para analisar e contextualizar a memória e oralidade.

Na seguinte seção, a introdução, a história e a gênese do candomblé fazem-se presente, discorrendo a respeito desde o tráfico negreiro até a formação dos terreiros no Brasil. Ainda foi de grande importância salientar a proibição do culto religioso por meio de decretos, como o Artigo 157, do Decreto nº 847/1890, qualquer tipo de culto ou manifestação religiosa como espiritismo ou fetichismo, era considerado crime. Para descrever a formação das casas de candomblé, Conduru (2010) foi fundamental, além de Prandi (2001), com apontamentos relacionados à população escravizada.

Para o desenvolvimento das últimas seções, é possível observar que concentra o assunto de maior relevância no seguinte artigo: os cadernos de fundamentos. Sendo assim, foi desenvolvido com maior profundidade, mas não que os demais assuntos não tenham seu nível de importância, ou sem cuidado de demonstrar o real significado do artigo, e sim pelo fato dos cadernos de fundamentos serem objetos ainda desconhecidos por grande parte da população. Inicialmente, objetos de estudos da antropologia, que podem ser analisados com uma visão complexa, não tendo um suporte fixo, podendo ter seus registros em papéis avulsos, cadernos, folhas ou rascunhos com os mais variados assuntos contidos neles. Em consequência disso, os “diários de axé”, outra denominação para essas etnografias, despertam a curiosidade dos adeptos do candomblé, religião majoritariamente oral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória oral e a memória escrita entram em conflito na sociedade da informação numa religião em que a oralidade é predominante. Os registros etnográficos, antes objetos de estudo da Antropologia, são vistos como instrumentos de suma importância para um grupo religioso. Os documentos que são temáticas de diversas ciências como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, analisam os documentos de maneira diversa, mas com as finalidades de provar e de registrar.

Ao nos debruçarmos no âmbito do candomblé é possível ter diversas visões relacionadas à oralidade e à escrita. Uma delas é onde a oralidade é predominante e exclusiva na religião, ignorando todo e qualquer registro produzido por seus membros, sendo capaz de realizar qualquer atividade ou ritualística com essa tradição, inclusive manter a religião inerente a fatores externos. A outra é, que, a oralidade é vista como o alicerce da religião e com a ela os membros passam seus conhecimentos para os mais novos através da hierarquia, outro fator chave da

religião, porém, havendo também como suporte os registros etnográficos, mais conhecidos por esses adeptos como os cadernos de fundamentos ou diários de axé.

Os cadernos de fundamentos são de formatos diversos, podendo até ser compilados de anotações, tornando-se posteriormente cadernos, e esses registros passam por supervisões dos membros mais velhos dos terreiros. As informações contidas neles são coletadas gradativamente, podendo também ser das mais variadas, indo desde anotações do próprio barracão, rezas, ervas, nomes em idioma do candomblé, receitas das comidas, amostras de ervas e folhas, cânticos até informações relacionadas ao administrativo. A seção que trata dos registros etnográficos produzidos na religião, apresenta a grande pluralidade dos documentos que são feitos, desde os cadernos até documentos datilografados, exemplificados com imagens coletadas de membros da religião.

Por fim, os registros etnográficos, que variam entre os cadernos de fundamentos e os registros escritos de modo geral, são partes integrantes do candomblé, assim como a oralidade. Tendo em vista que Cossard (*apud* CASTILLO, 2010, p. 88) já descreveu a existência de documentos em casas de candomblé no início do século XX, sendo assim, esses registros não são criações dos adeptos atuais, desses instrumentos como “diários de *axé*”. Todavia, a oralidade segue sendo a via principal de comunicação de conhecimento e ensinamento entre os noviços e os já iniciados. Por meio da oralidade, o conhecimento e os fundamentos religiosos são controlados para a parte externa dos barracões, tendo assim um manejo que sairá do domínio deles, ao contrário dos cadernos, o acesso é maior e qualquer pessoa não iniciada poderá acessá-lo, até mesmo sem autorização. É imprescindível afirmar que os membros do candomblé utilizam registros escritos para registrar a enorme quantidade de informações que são geradas nesses espaços, onde a mente humana não conseguiria memorizar tanto conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. L. de. Da tradição oral à escrita: cultura, resistência e cadernos de fundamentos. **Ideias e Inovação: Lato Sensu**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 37, 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/ideiaseinovacao/article/view/4368>.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia: rito Nagô**. São Paulo: Companhia das Letras, 1961.

BRASIL. Código Penal de 1890. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm.

CASTILLO, Lisa Earl. **Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2010.

CONDURU, R. Das casas às roças: comunidades de candomblé no Rio de Janeiro desde o fim do século XIX. **Scielo Brasil**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 178-203, jul./dez. 2010.

DIAS, Cora. Retratos - Saravá! Candomblé é patrimônio nacional. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, v. 8, 67 ed., 2011.

ECO, Umberto. **A memória vegetal: e outros escritos sobre bibliofilia**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei nº 2303/2009**. Declara o Candomblé como patrimônio imaterial do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Lei Estadual nº 5.506, de 15 de julho de 2009**. Declara o candomblé como patrimônio imaterial do estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 16 jul. 2009.

FREITAS, R. O. Candomblé e mídia: breve histórico da tecnologização das religiões afro-brasileiras nos e pelos meios de comunicação. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, v. 16, n. 2, p. 63-88, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 6. ed. Curitiba: Positivo, 2005.

FUNDAMENTO. In: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/fundamento/>.

BÂ, Hampaté A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. **História Geral da África: metodologia e pré-história da África**. São Paulo: UNESCO, 1982.

IPHAN. Ministério da Cultura. **Preservação de bens afrodescendentes: terreiros tombados**. Brasília, DF: IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1312/#:~:text=Os%20terreiros%20abrigam%20um%20universo,as%20mem%C3%B3rias%20ancestrais%20dos%20africanos.>

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 25, n. 2, 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659>.

KONRAD, Gláucia Vieira Ramos, MERLO, Franciele. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26 - 42, jan./abr. 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LIMA, A.; ARAUJO, L. Caderno de fundamentos: arquivos do sagrado e dos segredos. **Boitató**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 187–202, 2018. DOI: 10.5433/boitata.2018v13.e35136. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/boitata/article/view/35136/0.

LIMA, Valdir. **Cultos afro-paraibanos: jurema, umbanda e candomblé**. Rio de Janeiro: Fundamentos de Axé, 1. ed., 2020.

MAZRUI, Ali A. Arquivos africanos e a tradição oral. **O Correio da UNESCO**, v. 13, n. 4, p. 13-15, abr. 1985.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – S.P. São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, O. L. **O léxico da língua de santo: a língua do povo de santo em terreiros de candomblé de Rio Branco, Acre**. Rio Branco: Edufac, 2019.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POMIAN, K. **Memória**. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. v. 42, p. 507-516.

PORTELLA, Rodrigo. Memória, indivíduo e religião: pressupostos para a pesquisa sobre religião no tempo presente. **REVER** : Revista de Estudos da Religião, v. 18, p. 195-208, 2018.

PRANDI, Reginaldo. O candomblé e o tempo: concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 43-58, out. 2001.

SERAFIM, V. F.; SANTOS, T. B. João do Rio e a história das religiões afro-brasileiras. **Mouseion**: Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle, ano 8, v. 17, n. 1. 2014.

SILVA, Vagner Gonçalves de. A questão do segredo no candomblé. **Revista de História**, São Paulo, v., p. 1-2, jun. 2011. Disponível em: <https://antropologia.fflch.usp.br/files/u127/segredo.pdf>.

SILVA, Vagner Gonçalves de. Orixás da metrópole. In: SILVA, Vagner Gonçalves de. **O candomblé no mundo da escrita**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 244-287.

SILVA, Vagner Gonçalves. O terreiro e a cidade nas etnografias afro-brasileiras. **Revista de Antropologia**, FFLCH/USP, n.36, p. 33-79, 1993.

SOUZA NETO, A. DE; AMARAL, P. L. Os Imponderáveis da etnografia religiosa: uma análise sobre o trabalho etnográfico no campo da religião. **Mneme**: Revista de Humanidades, v. 12, n. 29, 5 ago. 2011.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. *In*: **História geral da África**. São Paulo: Ática, Paris: UNESCO, 1982, v. 1

VERGER, Pierre Fatumbi. **Ewe**: o uso das plantas na sociedade iorubá. Companhia de Letras, São Paulo, 1995.

VERGER, Pierre. **Notas sobre o culto aos orixás e voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil e na Antiga Costa dos Escravos, na África**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

NOTAS DE AUTORIA

Fernando Corteze

Graduado em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduando do curso de Biblioteconomia e Documentação pela mesma Universidade. Atualmente membro do grupo Sociedade, Memória e Poder, da Universidade Federal Fluminense junto ao CNPq. Possui interesse nas áreas de memória, oralidade e produção documental nos espaços afro-religiosos, em especial terreiros de candomblé e umbanda.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/3074964376273856>.

Carlos Henrique Juvêncio

Doutor (2016) e mestre (2014) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF) da Universidade de Brasília (UnB). Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Entre 2014 e 2016 foi professor substituto do Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB). Durante o primeiro semestre de 2017 foi professor visitante do Curso de Ciência da Informação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal (FLUP). Durante seis anos (2004-2010) foi funcionário da Biblioteca Nacional, trabalhando nas divisões de Manuscritos, Música e Arquivo Sonoro e Publicações Periódicas. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e do Departamento de Ciência da Informação (GCI) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Concluiu, em 2019, o projeto de pós-doutorado "O DASP e a organização da informação no Brasil: da Documentação à Ciência da Informação" sob supervisão da professora Georgete Medleg Rodrigues (UnB). Líder do Grupo de Pesquisa "Sociedade, Memória e Poder". Tem como temas de interesse a História da de Ciência da Informação, da Biblioteconomia, da Bibliografia e da Documentação, além de realizar pesquisas e orientações sobre colecionismo, coleções e arquivos pessoais, memória e história do Brasil, história do livro e das bibliotecas, dentre outros.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/1646741868261976>.